

DADOS E ELEMENTOS PARA PENSARMOS A QUESTÃO AGRÁRIA NO ESTADO DO PARÁ: Análise e mapeamento das commodities e conflitos na Amazônia paraense

Marcio Roberto Santos de Carvalho¹
Alexsandro Vinícius Silva de Sousa¹
Hugo Rodrigo Costa Miranda¹

Resumo

O presente estudo busca contextualizar e até certo ponto descrever sobre a questão agrária no estado do Pará. Este trabalho foi baseado nos temas de acordo com o estudo feito por Girardi (2008) Atlas da Questão Agrária Brasileira. Sendo também tomado por fonte motora para desenvolver este estudo entender os problemas atrelados à questão agrária que “tem como eixo central de discussão a renda da terra, os processos de diferenciação, desintegração e de recriação do campesinato e as consequências do desenvolvimento do capitalismo no campo” (GIRARDI, 2008, p. 87). Visto que o conflito é indissociável ao desenvolvimento, buscamos então enfatizar a oposição entre campesinato e agronegócio, entendendo ambos como territórios distintos.

Palavras-chave: Terra, Conflitos, Amazônia.

Introdução

O estado do Pará possui uma população estimada para o ano de 2016 de 8.272.724 de habitantes, tem como capital a cidade de Belém que junto com a região metropolitana somam 2 422 481 habitantes, segundo a estimativa populacional de 2016 do IBGE, sendo a segunda região metropolitana mais populosa da Região Norte do Brasil, representando 35% da população do estado do Pará. O Anuário Estatístico do Pará em 2015 afirma que do território do estado cerca de 55% são de área protegida, ou seja, 687 mil km². Destes, aproximadamente 29,3% são unidades de conservação federais, 29,3% são estaduais e 41,4% são de terras indígenas.

O presente estudo busca contextualizar e até certo ponto descrever sobre a questão agrária no estado do Pará. Este trabalho foi baseado nos temas de acordo com o estudo feito por Girardi (2008) Atlas da Questão Agrária Brasileira. Sendo também tomado por fonte motora para desenvolver este estudo entender os problemas atrelados à questão agrária que “tem como eixo central de discussão a renda da terra, os processos de diferenciação, desintegração e de recriação do campesinato e as consequências do desenvolvimento do capitalismo no campo” (GIRARDI, 2008, p. 87). Visto que o conflito é indissociável ao

¹ Universidade Federal do Pará – Faculdade de Tecnologia em Geoprocessamento - marciodecarvalho@live.com

desenvolvimento, buscamos então enfatizar a oposição entre campesinato e agronegócio, entendendo ambos como territórios distintos.

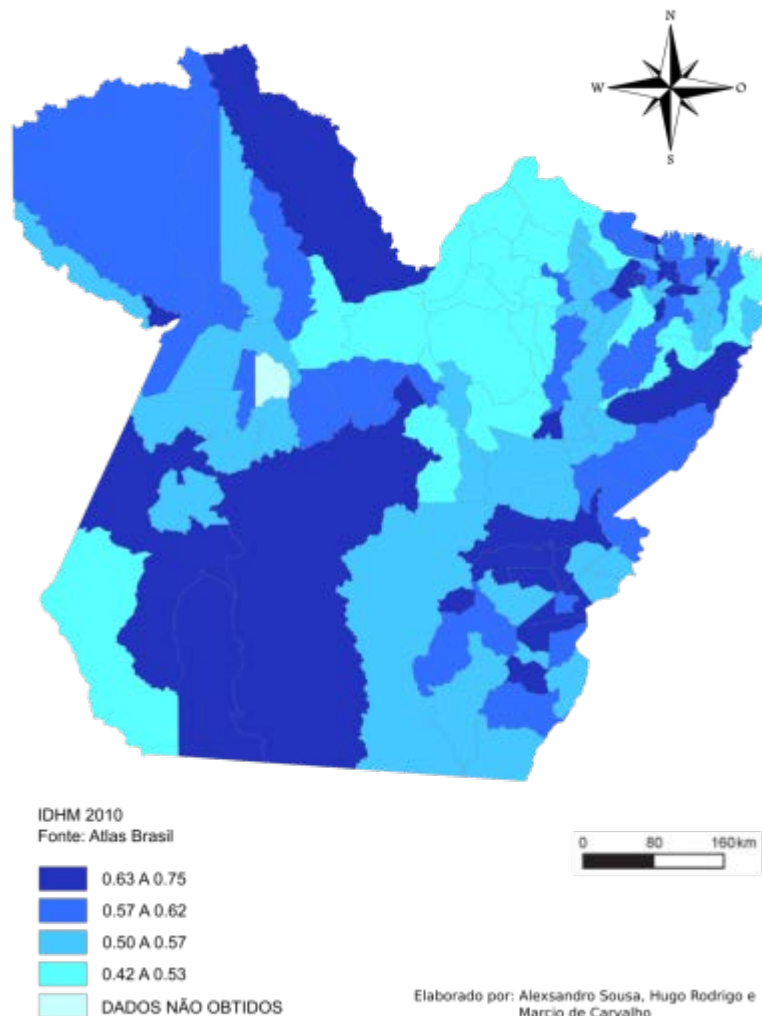
Metodologia

Para ilustrar a questão agrária paraense foram coletados dados de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e através do programa Philcarto plotou-se mapas que abordam alguns dos principais temas selecionados para a compreensão desta questão.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice que tem como objetivo quantificar a qualidade de vida sintetizando três informações: educação, renda e longevidade. O quadro deste desenvolvimento no Brasil e no estado do Pará é avaliado através do estabelecimento de critérios que são analisados conforme a sua taxa de variação e decomposição em: IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Médio) - Renda, Longevidade e Educação, contidos no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil que tem como base os censos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE, que apontaram uma variação de 47,46% no IDH brasileiro e 56,42% no IDH paraense no período de 1991 a 2010. O IDH por apresentar a evolução de um problema, sanciona para a criação de novas políticas públicas. Auxiliando em ações de planejamento e implementação de infraestrutura urbana dos municípios. O mapa abaixo mostra uma análise do IDH paraense por município no ano de 2010.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL 2010



Mapa 1: Índice de Desenvolvimento Humano municipal no estado do Pará no ano de 2010

Ao se falar em educação se identifica um processo evolutivo no estado que em 1991 detinha IDH igual a 0,194, em 2000 apresentou indicador igual a 0,319 e 0,528 em 2010. Tanto no cenário nacional como no estadual o IDH educação aponta para uma evolução, onde em 1991 a classificação que era tida como de baixo desenvolvimento humano passa a ser de médio desenvolvimento humano em 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010).

Girardi (2008) afirma em sua obra que o Brasil em uma avaliação de educação feita pelo OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico) o Brasil ficou em último lugar no ranking. Dessa forma compreendemos que o IDH leva em consideração as taxas de matrícula e analfabetismo nas escolas e acaba avaliando como iguais os alunos do

interior da Ilha do Marajó, que não possuem a mestra estrutura e qualidade de ensino como o aluno de uma escola particular no bairro de Nazaré que apresentam excelentes resultados nesses quesitos.

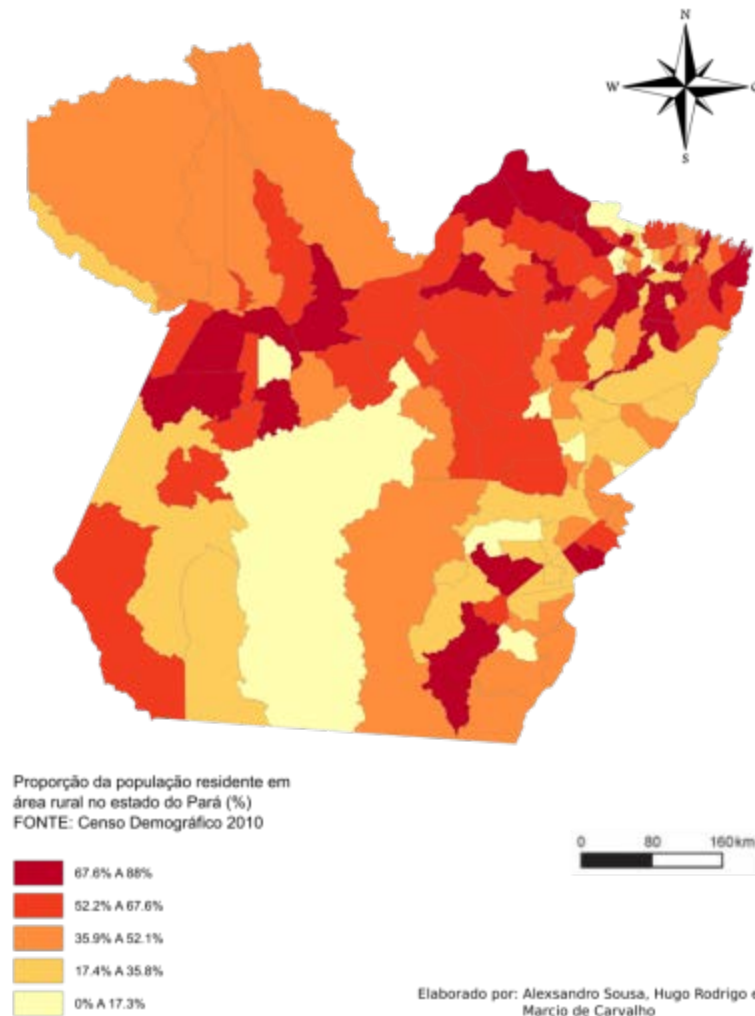
Observando o mapa de IDH dos municípios do estado do Pará, pode-se apontar que o IDH do estado é de 0,646, o que significa que ele está na faixa do Médio. Podemos perceber também que há uma grande quantidade de municípios com Baixo IDH, fazendo uma análise com o mapa de população rural, observa-se que os municípios mais urbanizados correspondem aos municípios de maior IDH. Ouve uma evolução no IDH de estado de 2000 para 2010.

“O IDHM passou de 0,518 em 2000 para 0,646 em 2010, uma taxa de crescimento de 24,71%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM da UF e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 73,44% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,209), seguida por Longevidade e por Renda. ”
(ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2017).

O Uso da Terra do Estado do Pará

Com base no Censo Demográfico do ano de 2010 do IBGE o estado do Pará possui 31,52% da sua população residindo em áreas rurais, onde 76, dos 143 municípios então existentes, possuíram a maioria da população residindo em área rural. Santarém é o município com maior população rural total com 78.790 residentes rurais no total, embora represente apenas 26,75% da sua população total do município. Essa análise de população residente em área rural ou área urbana tem grande importância para o entendimento da questão agrária, visto que a partir de dados simples de população total não seria possível a observação das variáveis que a população do campo está mais relacionada.

**PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM
 ÁREA RURAL NO ESTADO DO PARÁ**



Mapa 2: Proporção da população residente em área rural no estado do Pará

No estado do Pará a agricultura predominante é a de corte-queima, que também é conhecida como uso extensivo da terra. Neste tipo de agricultura se utilizam grandes áreas para produzir pouco alimento, além de que o solo logo se esgota e são necessários longos períodos de pousio, com a escassez de terras devido ao crescimento populacional esse período é cada vez menos respeitado. Conseqüentemente há uma grande perda da produtividade da roça visto que o intervalo para a acumulação de biomassa e nutrientes não é o suficiente para devolver ao solo a mesma fertilidade original (ANDERSON, 2013). Esse tipo de agricultura é muito utilizada pelos produtores familiares do estado. Com essa evidente insustentabilidade desse tipo de cultivo, logo, os produtores familiares são atraídos a procurar novas alternativas

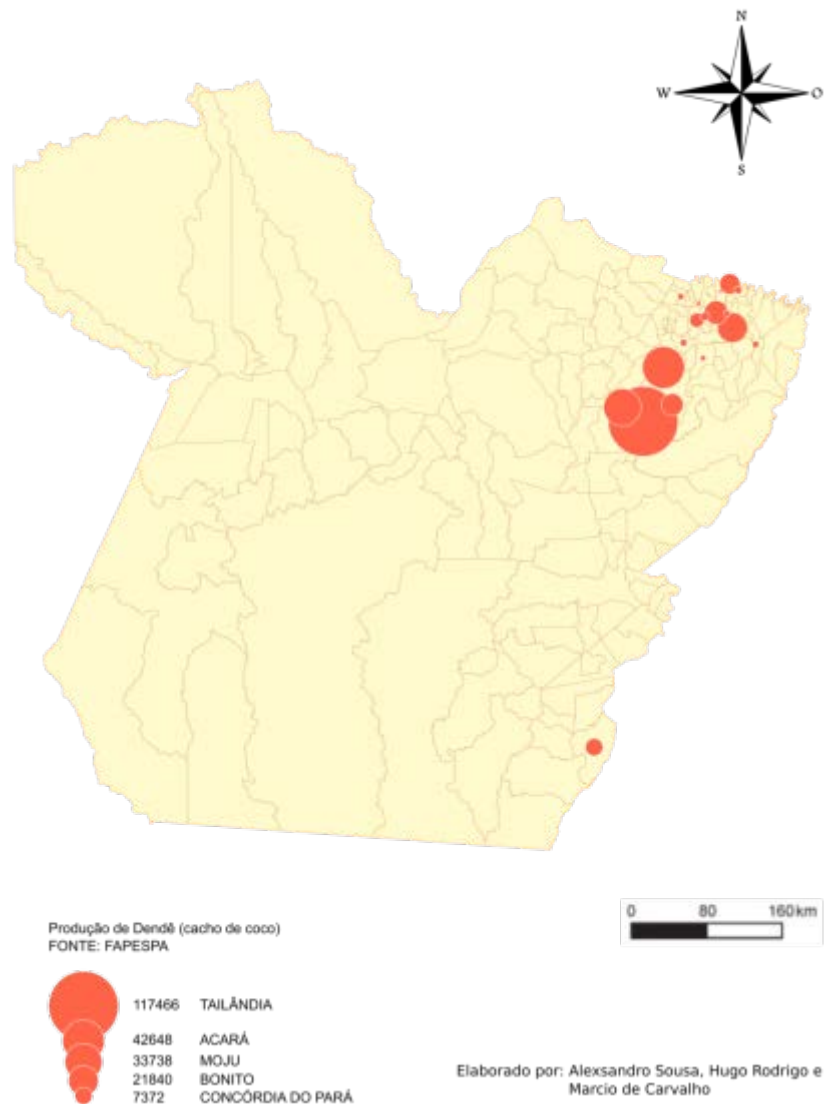
e acabam cedendo espaço ao monocultivo capitalista. As principais culturas que vem ganhando espaço no estado é o dendê, e a soja.

Produção de Dendê no Estado do Pará

O dendê é predominante na região Nordeste do estado, sua implantação no Pará vem se desenvolvendo desde a década de 1970 e a implantação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem uma grande contribuição para os avanços dessa monocultura. Estudo da SUFRAMA/FGV (2003) mostra o cultivo do dendê como atividade produtiva que trabalha na conservação do meio ambiente sem agressões significativas à floresta nativa porque pode ser plantado em áreas que apresentam degradação, possibilitando um perfeito recobrimento quando adulto e, na fase jovem, pode ser associado à leguminosas de cobertura de solo. Através disso o dendê pode ser considerado como desenvolvimento sustentável, sendo mais uma oportunidade de negócios na Amazônia. Desse modo, por meio da integração da agricultora familiar à cadeia do agronegócio do dendê, os empreendedores da dendeicultura buscam terra, mão de obra e unidades produtivas familiares para desenvolver o cultivo dessa oleaginosa (João Nahum).

Esta cultura ganha espaço até mesmo fazendo associações com o pequeno produtor. Esse tipo de acordo é praticado por empresas, como por exemplo, a BioVale que propõe para o pequeno agricultor usar sua propriedade no cultivo do dendê em troca a empresa paga pela produtividade dele. Esse acordo, a primeira vista, parece ser vantajoso para o pequeno agricultor (que geralmente antes era agricultor familiar), pois acaba gerando uma renda mensal bem maior que anteriormente, porém quando se avalia a segurança alimentar podemos observar que para produzir o Dendê agora ele deixa de produzir outros produtos para o consumo próprio, como por exemplo, a farinha de mandioca, que agora este produtor terá que se deslocar até os centros urbanos para agora pagar por estes produtos. Esse tipo de prática acaba por elevar o preço destes produtos comuns a agricultura familiar, o que acaba por diminuir o poder de compra deste agora pequeno agricultor. Outra observação a ser considerada é que nesse tipo de associação a produtividade é bem menor comparada ao de empresas que não terceirizam essa produção, como por exemplo, a Agropalma que é referência mundial na extração do óleo de palma do dendê.

Produção de Dendê (cacho de coco) em 2012



Mapa 3: Produção de dendê no Pará em 2012

Observando o mapa podemos perceber que, com exceção de Concórdia do Pará, toda produção de dendê está localizada na região Nordeste do estado. Isso é devido à concentração da produção nas mãos de grandes multinacionais do agronegócio, que praticam o monocultivo do dendê com o único objetivo de extrair e exportar o óleo de palma para países, principalmente da Europa, de tecnologia avançada para produzir as diversas variedades de produtos do óleo, como por exemplo, o biodiesel. Observado isso podemos concluir que o dendê toma o espaço da produção alimentícia do estado fortalecendo mais ainda o capitalismo no meio rural que já é historicamente muito forte, aumentando o preço dos alimentos e diminuindo a segurança alimentar da população paraense.

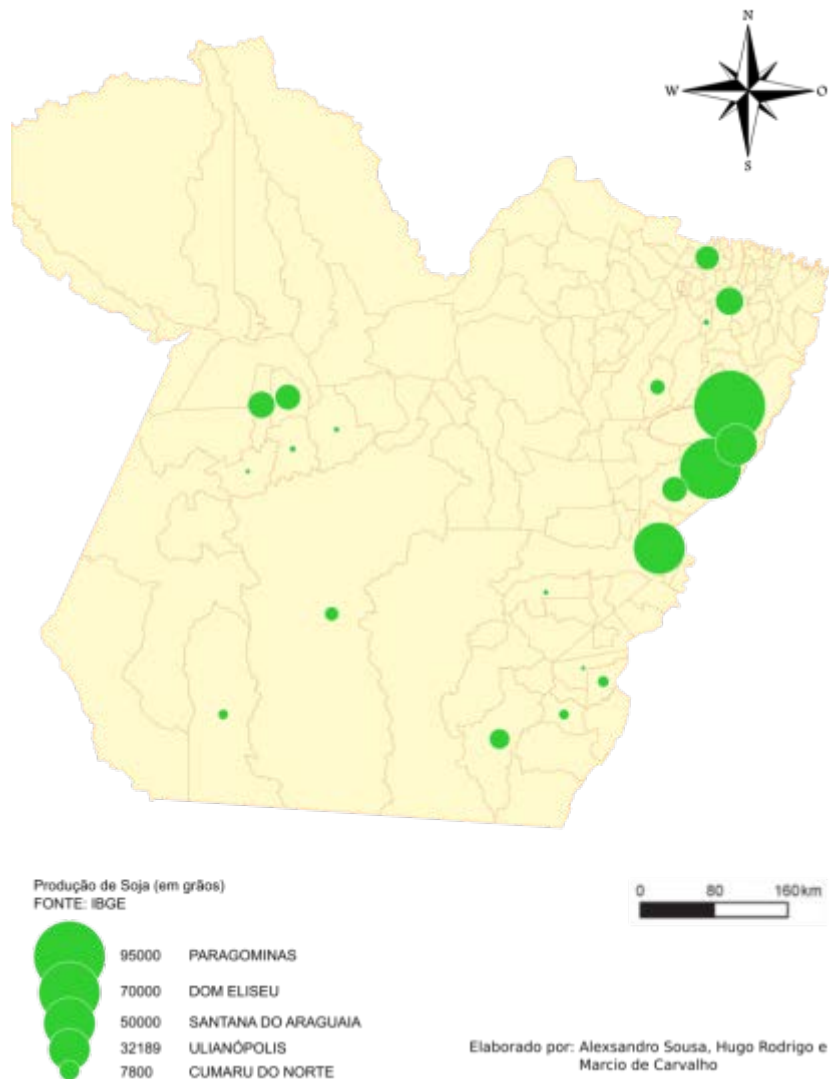
A Produção de Soja no Pará

A produção agrícola no estado do Pará, em 2013, atingiu 1.149.309 ha, gerando uma produção de mais de 9,1 milhões de toneladas, com valor estimado em torno de R\$ 5,4 bilhões, representando cerca de 27% do PIB agropecuário do estado. A soja se destaca neste cenário por vir ganhando muito espaço e território devido a sua produtividade e rentabilidade, sendo a segunda cultura mais produzida no estado, apresentando 9,2% de produtividade e no que diz respeito ao total da área colhida (ha) a soja apresenta 16,52%. Entre 2012 e 2013, a soja expandiu a área plantada em 58,54% e a quantidade produzida em 35,61%, mostrando tendência de crescimento. (BOLETIM AGROPECUÁRIO DO ESTADO DO PARÁ, 2015).

Esta cultura em especial é destacada como uma das culturas que são alvos de luta do MST devido a sua agressiva ascensão territorial no país e por ser um monocultivo que não apresenta rentabilidade para a população local, pois é quase que totalmente destinada à exportação.

O mapa abaixo evidencia a produção de soja no Pará em 2015, onde é destacada a produção por cidade.

Produção de Soja (em grãos) 2015



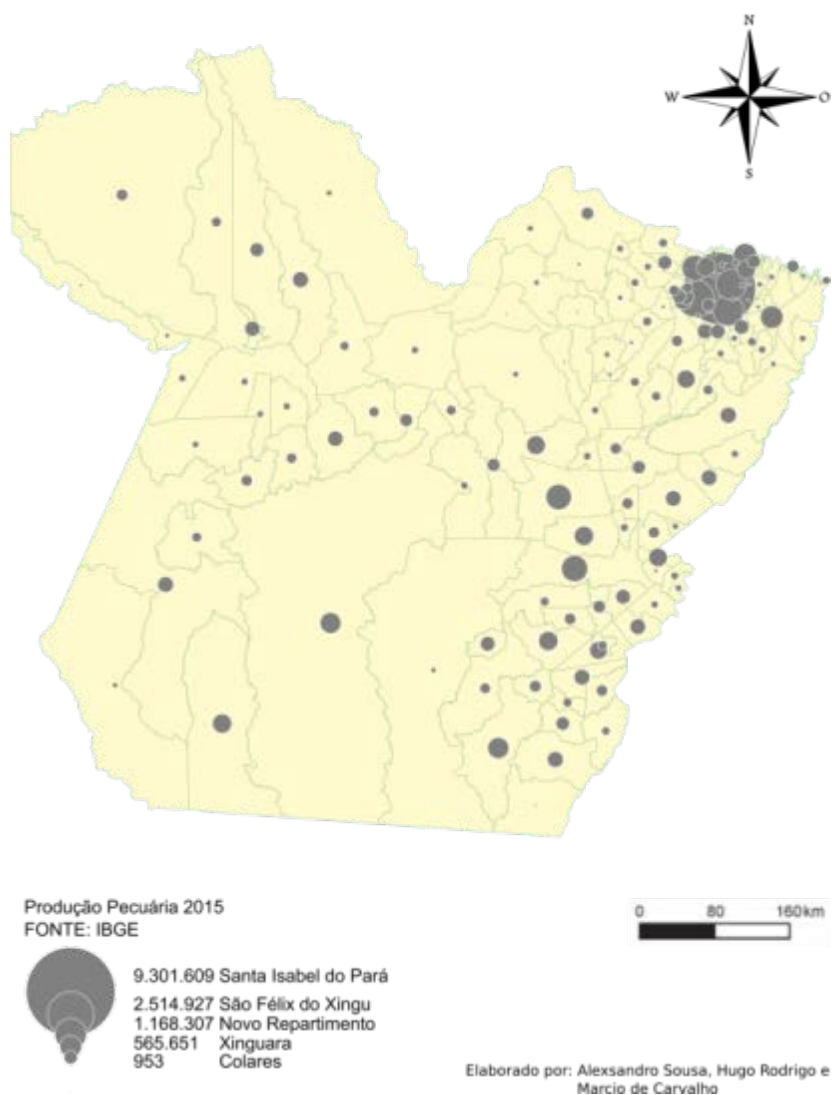
Mapa 4: Produção de soja nos municípios do estado do Pará

A área de produção de soja abrange três polos: nordeste, sul/sudeste e oeste paraense. Esse cultivo ocorre duas vezes ao ano, verifica-se que esta cultura está presente em 22 municípios, o mapa mostra que a concentração da soja é destacada, de modo que três municípios abrangem mais de 60% da produção estadual, sendo que Paragominas, com pouco mais de 24%, foi o que mais produziu em 2015, seguido por Dom Elizeu (20,92%) e Santana do Araguaia (15,95%), da produção total do estado que foi de 506.307t.

A Pecuária no Estado do Pará

A pecuária bovina desempenha um importante papel para o avanço da agropecuária. Esta é estrategicamente praticada nas áreas recentemente desmatadas. Em seguida, ela dá lugar ao agronegócio. Então cabe a ela processo territorialização nestas fronteiras. Além desta a mineração e a exploração florestal tem importante papel nas fronteiras agropecuárias. Projetos de pesquisa agropecuária, de exploração florestal e mineração além de financiamentos são a força motriz para o avanço do agronegócio, pois exigem muito investimento na sua implantação e essas atividades acabam por financiar isto. A frente pioneira para abertura de novas áreas é caracterizada por intenso desflorestamento, conflitos e violência no campo (GIRARDI, 2008).

PRODUÇÃO PECUÁRIA NO ESTADO DO PARÁ EM 2015



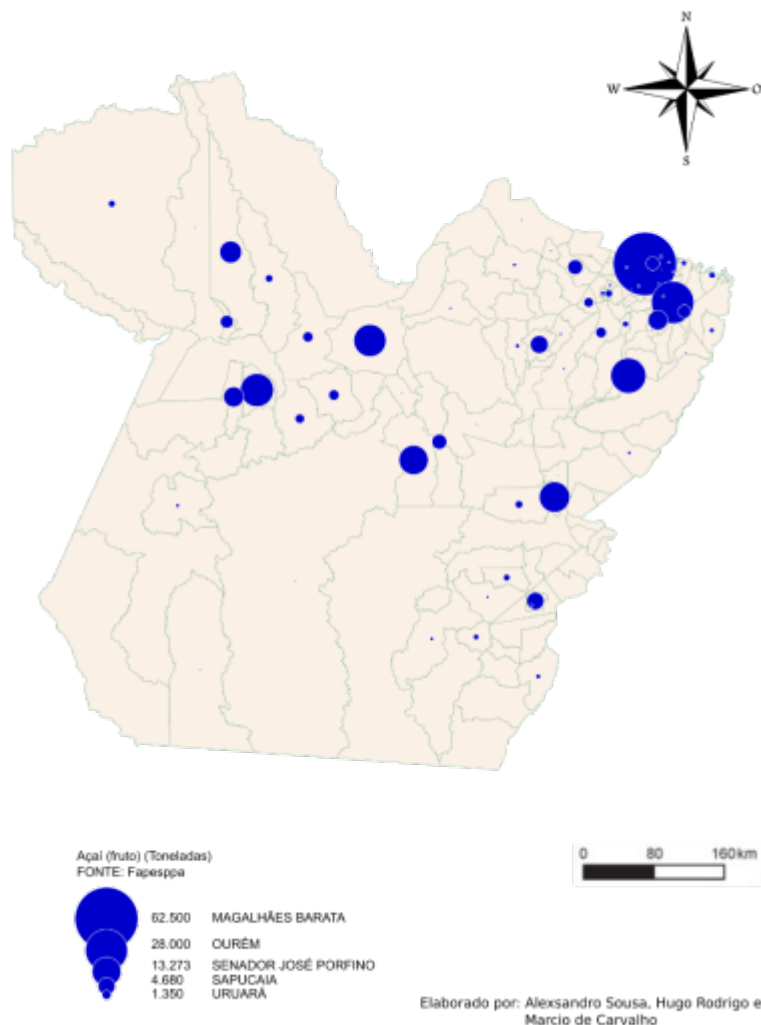
Mapa 5: Produção pecuária no Pará no ano de 2015

Observando os mapas do estado do Pará podemos ver a pecuária aparece mais forte na região nordeste do estado, historicamente esta vem avançando a partir do Sudeste do estado, veio abrindo caminho através do desmatamento para o agronegócio que já aparece forte com a soja na um pouco mais ao sul mais já na região nordeste do estado destacando o município de Paragominas como o maior produtor do estado desta cultura.

O Extrativismo no Pará

O extrativismo vegetal por sua vez está associado diretamente à conservação florestal, este também garante a sustentabilidade dos povos tradicionais. O açaí é um excelente exemplar de produto extrativista do estado do Pará, este tem suma importância na garantia da subsistência da população paraense e em especial das populações ribeirinhas. O Pará é responsável por 59% da extração de açaí do da região Norte do país, esta que, por sua vez, é responsável por 94% da produção nacional (BRANDÃO et al.,2015). Para manter a produtividade é necessário preservar as florestas de várzea onde ele é nativamente encontrado, este é um importante papel na contenção do avanço do agronegócio nas regiões de várzea do estado do Pará. Embora o açaí esteja ligado à subsistência dos ribeirinhos, ele é também amplamente exportado o que findou por aumentar seu preço no mercado local. Mesmo com o preço elevado os ribeirinhos do estado não apresentaram uma melhora na qualidade de vida proporcionalmente a esse aumento, pois a diferença do preço acaba ficando na mão dos extrativistas, mas sim dos atravessadores que representam a lógica capitalista no mercado do açaí. O capitalismo também alcança o açaí quando o agronegócio se apropria dele através de melhoramento genético passa a produzi-lo em regiões de terra firme com monocultivo ou através de plantios associados. Ainda assim a produção maior do açaí ainda é através do extrativismo tradicional.

EXTRAÇÃO VEGETAL DE AÇAÍ EM 2012



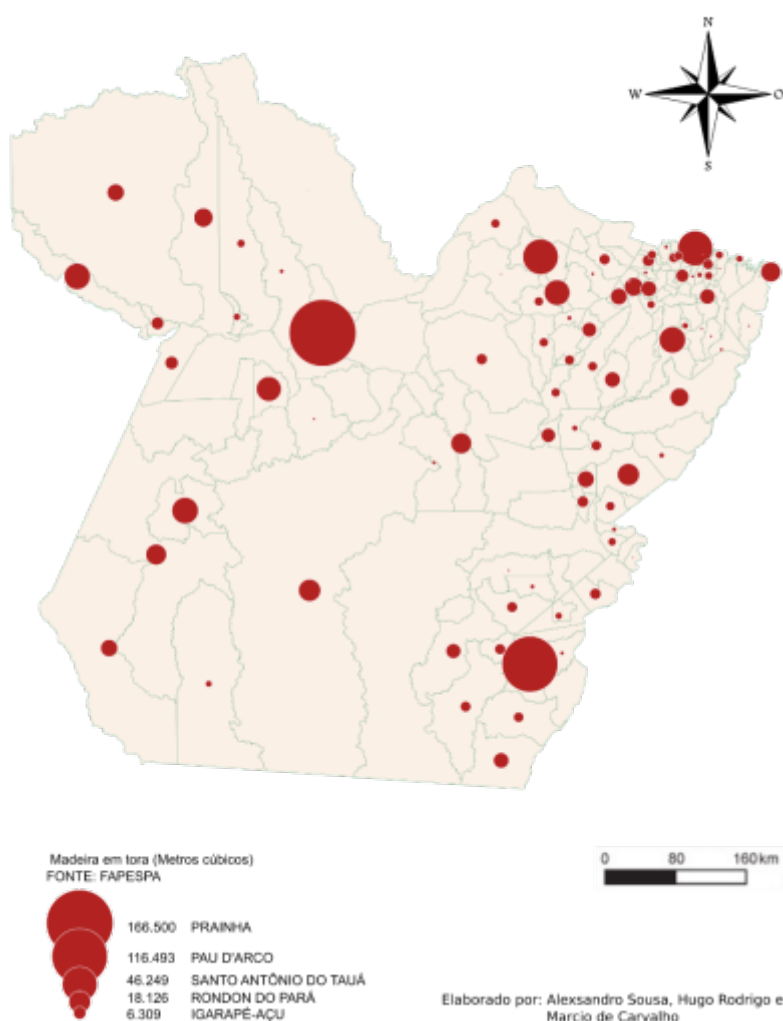
Mapa 6: Valores da produção de açaí no Pará em 2012

De acordo com o mapa 6 o maior produtor de açaí do Pará é o município de Magalhães Barata, com 62.500t de fruto produzido, em seguida temos Ourém apresentando uma produção de 28.000t e Senador José Porfino com 13.273t produzidas no ano de 2012, juntos estes formam os maiores produtores do estado.

O extrativismo de madeira em tora, também é destacada, pois está também está associada à sustentabilidade da produção, visto que a produção contabilizada é de madeira legal. Esse produto é principalmente explorado por empresas do ramo florestal. Sua área de abrangência de maior produtividade está associada às FLONAS (Floresta Nacional) que são unidades de conservação com fim extrativista, que no Pará existem 21. Estas FLONAS tem

um importante papel na contenção do avanço do agronegócio na floresta Amazônia e incluindo a paraense. Nas FLONAS também tem extrativistas tradicionais, embora a sua produção seja baixa, mas estes tem importante papel cultural, pois abastecem as feiras do estado com os produtos florestais não-madeireiros, que fornecem frutas, material para artesanato, e produtos medicinais.

EXTRAÇÃO VEGETAL DE MADEIRA EM TORA - 2012



Mapa 7: Produção de madeira em tora no ano de 2012 no Pará

O mapa 7 mostra os municípios que tem as maiores áreas plantadas de madeira no estado, onde é possível observar que Prainha possui a maior área de produção de madeira do estado apresentando 166.550m³ de área plantada. Pau D'arco e Santo Antônio do Tauá aparecem logo após evidenciando 116.493 e 46.249m³ de área plantada respectivamente.

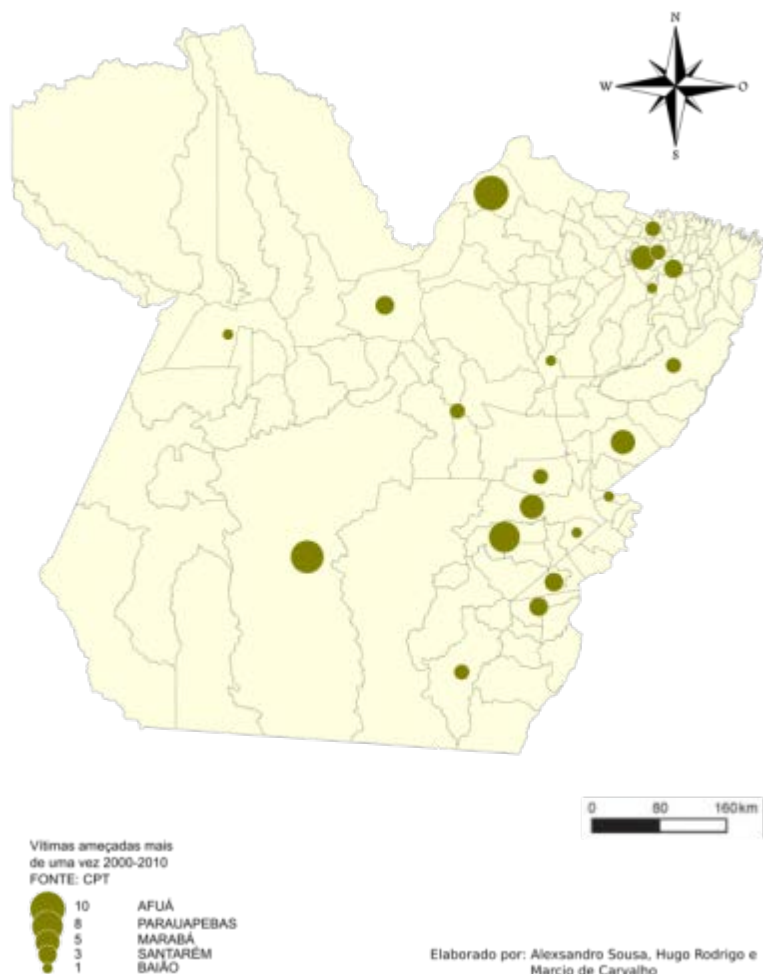
Conflitos Fundiários no Pará

No contexto agrário o espaço é descrito como um campo de lutas, por parte do Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, dos indígenas e de outros camponeses não necessariamente organizados, como os quilombolas; em detrimento das grilagens de terra, cobiças, expropriações, violências e violação dos direitos humanos” Ribeiro (2009). Neste contexto o conflito no campo devido à territorialização dos ruralistas é muitas vezes explicitada em violência contra os trabalhadores rurais e os camponeses (CUBAS, 2012).

A situação dos conflitos no Estado se agravou a partir das políticas públicas destinadas à região, que acirra ainda mais uma violenta disputa pela terra, ou posse dela. Gerando uma guerra entre trabalhadores rurais contra grileiros e latifundiários. Onde os primeiros dão início a organização através de sindicatos e começam a ocupar terras visando direito ao trabalho.

No intuito de enfrentar tais atitudes, grileiros e latifundiários atacam de forma violenta a fim de afirmar a gerência das propriedades. A partir disto, se tem os maiores registros de assassinatos e outros tipos de violência no campo, como as ameaças de morte.

VITIMAS AMEAÇADAS DE MORTE MAIS DE UMA VEZ NO PERÍODO 2000 - 2010



Mapa 8: Ameaças de morte no Pará

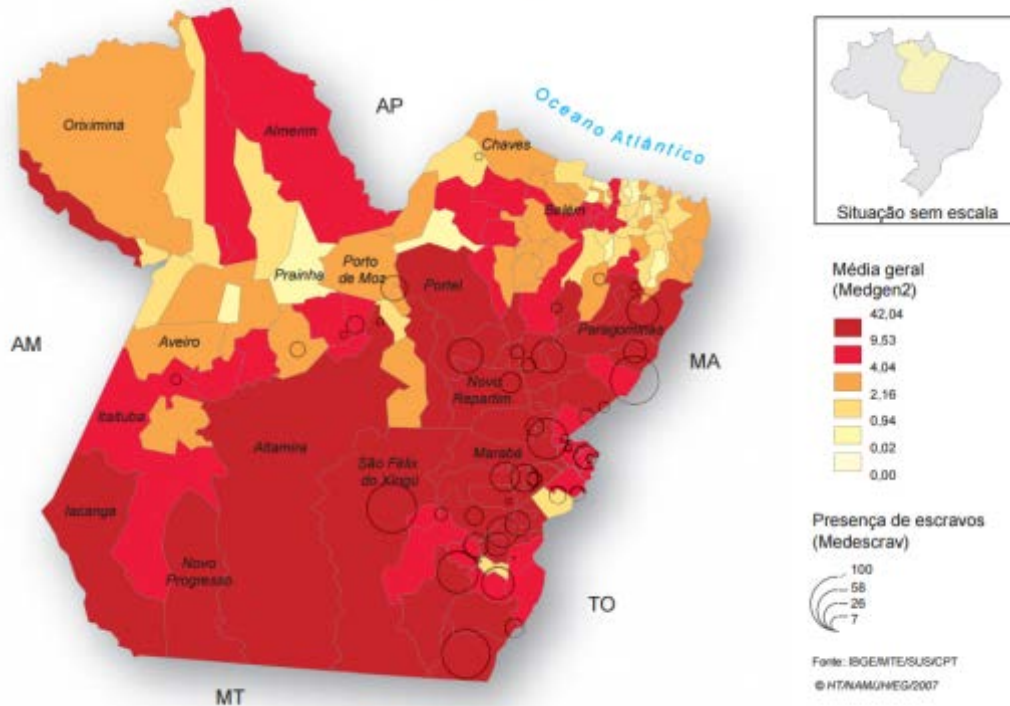
Além da violência no conflito pela terra os trabalhadores rurais muitas vezes têm seus direitos humanos violados pela forma de trabalho em que estes são submetidos, situações estas que são descritas, não por exagero, como trabalho escravo.

O mapa abaixo mostra que no oeste do Pará encontra-se índices elevados, entretando poucas denúncias foram feitas, o que dificulta a localização do trabalho escravo. Estes setores localizam-se às proximidades do “Arco do desmatamento”, onde homens são contratados para limpar a área utilizando foices e facões para cortar os arbustos e cipós. Função esta, onde geralmente encontra-se trabalhadores em situação de escravidão. Pois trata-se de locais de difícil acesso, o que facilita o entendimento do por que as denúncias não são concretizadas e muito menos suas ações.

M
 Mapa 9:
 Índice
 de
 proba
 bilidad
 e de
 escrav
 idão
 no
 Pará

Assen
 tamen
 tos no
 Pará

Pará - Índice de probabilidade de escravidão
 Média geral e presença de escravos



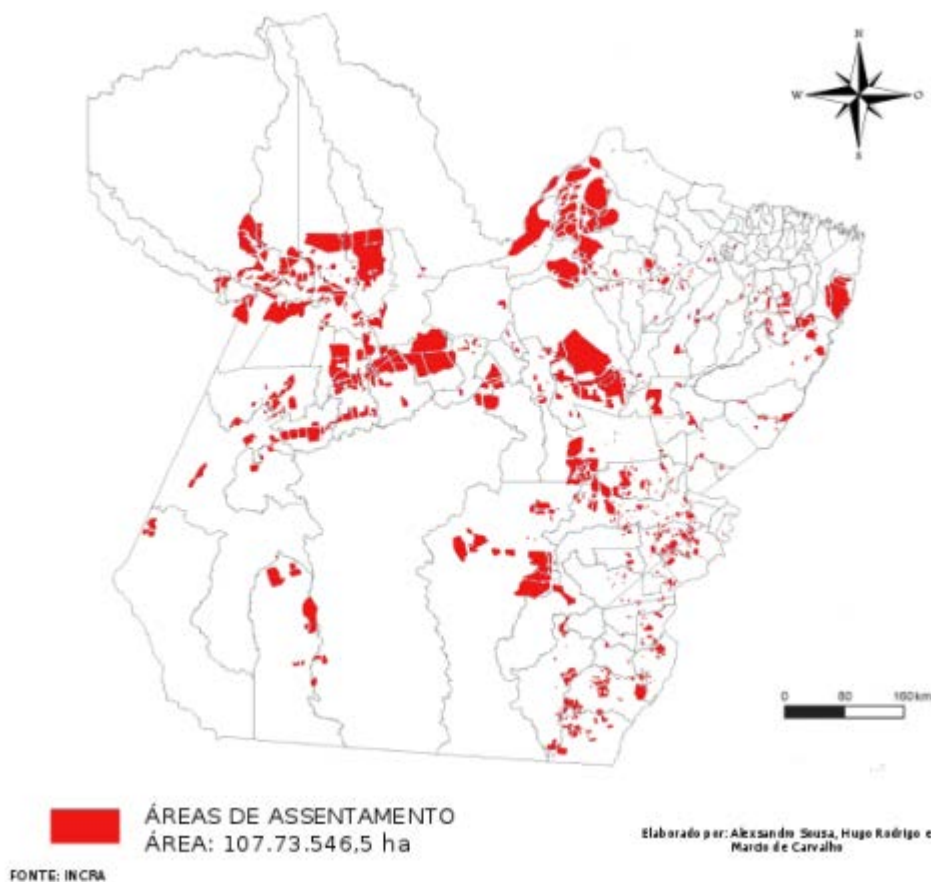
Sobre a

criação de assentamentos, Michelotti et al. (2007) ressalta que na região Sudeste do Pará, este tem sido um processo reativo à luta dos camponeses em busca de terra. No chamado “Território do Sudeste Paraense” a criação de assentamentos não obedeceu a um planejamento prévio, tendo sido uma resposta governamental à pressão social exercida através da luta pela terra ocorrida tanto regionalmente, como nacionalmente. De uma maneira geral, essa luta pela terra trouxe resultados importantes para os trabalhadores como a criação, entre 1987 e 2007, de 169 projetos de assentamento nos municípios do Território do Sudeste Paraense, representando 1.205.254,0 ha ou 32,4% da superfície total. Esse significativo resultado pode ser melhor compreendido através do conceito cunhado por Fernandes (1999) de ‘territorialização da luta pela terra’. De acordo com este autor, a conquista do assentamento, como fração do território, é um trunfo dos movimentos sociais camponeses na luta pela terra (idem, p. 241) e um trunfo na luta pela construção do próprio território (ibidem, p. 26).

Portanto, dois elementos importantes estão colocados. A criação dos assentamentos não é fruto de um planejamento prévio, tampouco é uma aplicação homogênea de uma

política do Estado. Fruto das diversas formas de luta pela terra desenvolvidas por distintos movimentos sociais em diferentes contextos históricos, os assentamentos também expressam essa diversidade. O desafio da consolidação dos assentamentos, compreendido como a possibilidade de estabilização e conquista de uma autonomia relativa pelo campesinato, não pode ser tratado de maneira igual para o seu conjunto, reconhecendo que cada um deles possui uma trajetória própria que significa um certo acúmulo de trunfos específicos.

ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO PARÁ NO ANO DE 2016



Mapa 10: Áreas de assentamento no estado do Pará

No Pará os assentamentos são subdivididos por superintendências (SR). No ano de 2016 foram identificados na SR Pará/Belém 98.646 famílias assentadas que ocupam 397 assentamentos, formando uma área de 4.102.092,24ha. Na SR Pará/Santarém neste ano encontraram-se 53.667 famílias assentadas, que ocupavam 155 assentamentos que equivalem a uma área de 8.067.414,71ha e na SR Pará/Marabá foram encontradas 72.202 famílias em 514 assentamentos que ocupavam uma área de 4.683.158,64ha.

Conclusão

Com o presente trabalho conclui-se que existem vários fatores que nos fazem pensar na questão agrária paraense. Questões agrárias são importantes devido influenciarem diretamente na qualidade de vida da população pois está ligada na geração de emprego e renda. A luta pela terra também pode ser compreendida como um dos principais motivos para a geração de conflitos entre as populações, pois há uma grande desigualdade no estado em relação a divisão destas terras, o que faz aumentar cada vez mais os focos desses conflitos.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Anthony. O Pará no Século XXI: oportunidades para o desenvolvimento sustentável. IMAZON. 2013

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/para. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRANDÃO, C. R. F. BARROS, A. L. LAMEIRA, C. C. PALHETA, F. C. GALVÃO J. R. O açaí no estado do Pará e seu potencial para o desenvolvimento sustentável da região. Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia (CONTECC), 2015.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. São Paulo Agrário: Representação da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1998 a 2009. 2012. 271 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. Out. 2012.

GOVERNO DO PARÁ. Anuário estatístico do Pará 2015. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará (FAPESPA). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>. Acesso em: 10 abr. 2017.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição Teórico- Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. 2008. 247 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. @Estados: Pará. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FERNANDES, B.M. (1999) MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: Ed. Hucitec. 285 p.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ. Boletim Agropecuário do Estado do Pará 2015. Belém, nº 1, julho 2015. 38 f.: il. 1. Agricultura - Pará 2. Pecuária - Pará. 3. Importações - Pará. I. FAPESPA. II. Título

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

MICHELOTTI, F.; RIBEIRO, B.; SOUZA, H. E FREITAS, R. L. de A. (2007) O Agrário em Questão: uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará. Anais do II Encontro da Rede de Estudos Rurais. Rio de Janeiro, setembro de 2007.

PETIT, Pere. Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós 1964. Belém: Paka-Tatu, 2003. 352 p.

PORDATA. Índice de Gini (%) – Europa: Em que países é maior e menor a desigualdade de rendimentos entre as pessoas, numa escala entre o mínimo de 0 e o máximo de 100?. Disponível em: [http://www.pordata.pt/Europa/%C3%8Dndice+de+Gini+\(percentagem\)-1541](http://www.pordata.pt/Europa/%C3%8Dndice+de+Gini+(percentagem)-1541). Acesso em: 10 abr. 2017.

SORJ, Bernardo. Estado e classes na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

AMAZÔNIA. Atlas do Trabalho Escravo. Disponível em: <<http://amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/05/atlas-do-trabalho-escravo.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2017.